



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6727 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NA EDUCAÇÃO EM BRASIL, PERU E COLÔMBIA:  
NOTAS INICIAIS DE PESQUISA

Fernanda Pereira de Moura - 7ª CRE - Coordenadoria Regional de Educação do Rio de Janeiro

### **A “ideologia de gênero” na educação em brasil, peru e colômbia: notas iniciais de pesquisa**

Dialogando com o tema da ANPEd Sudeste deste ano, *Direito à vida, direito à educação em tempos de pandemia*, trazemos reflexões iniciais sobre a pesquisa que estamos desenvolvendo sobre como as direitas de três países latino americanos que apresentam altas taxas de desigualdade e de violência em decorrência de gênero e orientação sexual manipulam o pânico moral gerado pela suposta presença da “Ideologia de gênero” na educação destes três países. Já sabemos as direitas em vários pontos do mundo tem usado a falácia da “Ideologia de gênero” (JUNQUEIRA, 2018). Em cada país esta direita escolhe uma área para ser o hospedeiro da suposta “ideologia de gênero”. Em alguns lugares é o casamento gay, a legalização do aborto, o direito das pessoas trans etc. Nos três países sobre os quais agora me debruço - o Brasil, o Peru e a Colômbia - o hospedeiro escolhido foi a educação.

Na Colômbia a "ideologia de gênero" enquanto significante do inimigo absoluto foi utilizada em vários episódios da história recente, deixando estragos irreversíveis. O acordo proposto pelo então presidente Juan Manuel Santos em 2016, além de firmar a paz com as FARC e pôr fim ao conflito que já durava mais de 50 anos, previa também reparações às mulheres e à comunidade LGBTQIA+ por conta das violências específicas que sofreram - estupros e assassinatos por homofobia. O acordo, submetido a um referendo, foi rechaçado pela população colombiana convencida como estava de que no texto do acordo existia "ideologia de gênero" e que isso lhes era uma séria ameaça. Além da presença do termo gênero no próprio acordo, pesou também a batalha que estava sendo travada no campo da educação. Dois meses antes da data marcada para a votação do referendo a ministra da educação Gina Parody acatou uma ordem do poder judiciário e modificou os manuais de convivência estudantil a fim de incluir nestes a discussão de gênero para assim, reduzir a crescente violência homofóbica nas escolas que pouco tempo antes havia motivado um aluno a tirar a própria vida. (RONDÓN, 2016) Assim como aconteceu no Brasil com relação ao kit de combate à homofobia, chamado pelos conservadores de kit gay, várias *fakenews* foram lançadas a respeito dos manuais de convivência. Na Colômbia como aqui, imagens pornográficas que não correspondiam ao material que estava sendo de fato desenvolvido foram veiculadas nas redes sociais. Mesmo com a ministra desmentindo o caso e denunciando o uso político do fato pelos opositores ao governo, a população foi às ruas protestar e pedir a

sua renúncia Desta forma, se dizia que o ministério da educação tentava homossexualizar os estudantes e simultaneamente o governo queria impor a "ideologia de gênero" nos acordos de paz. A articulação da questão dos manuais de convivência e a presença do termo gênero no acordo feita pela extrema direita conseguiu que grande parte da população se sentisse inimiga do governo, alimentando o solo para que se propagassem ideias como a de que o acordo com as FARC seria uma porta de entrada para uma ditadura gay no país. Enquanto a presidenta Dilma Rousseff foi a público justificar a retirada dos kits de combate à homofobia dizendo que não cabia ao governo "fazer campanha de orientação sexual", o presidente Juan Manuel Santos foi a público defender que os materiais do ministério da educação não continham "ideologia de gênero". Mesmo com posturas distintas frente aos grupos conservadores, nenhum dos dois desconstruiu o termo, acabando com suas falas legitimando a divisão antagônica produzida entre família e "ideologia de gênero".

Cenário semelhante se apresentou no Peru. Em 2016 a proposta de um novo currículo trazia a discussão de gênero para a escola, ao mesmo tempo em que uma maioria de extrema direita chegava ao parlamento (MOITA, 2018). Nessa mesma campanha presidencial Keiko Fujimori se comprometeu a defender a família conformada por um homem e uma mulher, rechaçando a união civil conformada por pessoas do mesmo sexo. Diversos grupos religiosos reagiram ao novo currículo e uma marcha contra a "ideologia de gênero" foi convocada. Um mês e meio antes da marcha, o congresso aprovou uma moção de censura contra o então ministro da educação, Jaime Saavedra, impedindo que o enfoque de gênero fosse implementado em qualquer escola do Peru. Saavedra foi substituído por Marilú Martens no ministério, mas esta também não cedeu às pressões da bancada ultraconservadora capitaneada por Fujimori. Assim, cresceria a oposição ao que chamavam de "colonização ideológica homossexual". Grupos de diferentes vertentes religiosas ligadas ao fundamentalismo cristão (católico e neopentecostais) se articularam para frear a implementação da "ideologia de gênero" no Peru e para darem voz o movimento "Não te metas com meus filhos!". Os argumentos apresentados, assim como no Brasil e na Colômbia, é de que os chamados ideólogos do gênero, radicais, buscam que não haja diferença entre homens e mulheres e tentam fazer isso via educação, retirando o direito dos pais de educarem seus filhos. As redes sociais tiveram papel relevante para a ação conjunta destes grupos, servindo para difundir durante as manifestações a palavra de ordem e hashtag *#ConMisHijosNoTeMetas* que serviu de suporte para a construção da identidade desse grupo (pais preocupados) em contraposição aos inimigos defensores da "ideologia de gênero". Hashtag muito parecida com o bordão "meus filhos, minhas regras" cunhado pelo Escola Sem Partido. No Peru, assim como no Brasil, a batalha também foi judicializada, e em 2017 o coletivo *Padres em Acción* entrou na justiça contra o Ministério da Educação (MINEDU), acusando-o de promover doutrinação com "ideologia de gênero" nas escolas. Foram dois anos de intensa batalha até a Suprema Corte do Peru considerar infundada a denúncia e decretar que o currículo nacional deveria integrar sim o "enfoque de gênero". Um final de capítulo muito mais feliz do que a batalha pela discussão de gênero na educação brasileira, que terminou com a palavra gênero sendo suprimida do texto final do plano nacional de educação e do texto final da BNCC para a educação infantil e ensino fundamental.

Me baseando neste primeiro momento na análise da bibliografia produzida nos três países a respeito do tema procuro discutir as similaridades da cruzada anti-gênero na educação destes três países mostrando a articulação dos grupos de direita no legislativo aos grupos fundamentalistas religiosos cristãos (católicos e evangélicos) que também possuem seus próprios representantes no legislativo. Por fim, mostramos estes movimentos como reações aos avanços conquistados pelo campo educacional em relação à discussão de gênero e sexualidade na educação que tem como objetivo a manutenção das desigualdades baseadas em gênero e sexualidade.

**Palavras-chave:** Ideologia de Gênero. Gênero e sexualidade. Colômbia. Peru. Brasil.

## REFERÊNCIAS

RONDÓN, Manuel Rodríguez. *La infancia como símbolo y moneda de cambio*. Colombia: CLAM, 21 set. 2016. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/ES/destaque/conteudo.asp?cod=12437>>

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia Política*, 18(43), p. 449-502. 2019

LIONÇO, Tatiana. Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: Rodrigues, A.; Mozeli, G. & Ferreira, S. R. da S. (Orgs.). *A política no corpo: gêneros e sexualidade em disputa*. Vitória: UFES. 2016.

MOITA, Angélica; Amat y León. Peru - "Ideologia de género": fundamentalismos y retóricas de miedo. IN Centro de la mujer peruana Flora Tritán (Org.) *Develando la retorica del miedo de los fundamentalismos. La campaña "con mis hijos no te metas" en Colombia, Ecuador y Peru*. Lima: 2018. p. 93-140.